

MOTA - ENGIL, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2001			2000	Capital próprio e passivo	Notas	2001	2000
		Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido			2001	2000
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:									
Despesas de instalação	8 e 10	4.975.298	4.142.119	833.179	1.241.562		36 e 40	204.635.695	204.635.695
Trespasse	10	4.246.473	569.757	3.676.716	29.662.657		40	(1.433.689)	-
		<u>9.221.771</u>	<u>4.711.876</u>	<u>4.509.895</u>	<u>30.904.219</u>		40	(9.510)	-
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:									
Edifícios e outras construções	10	4.772	895	3.877	4.473		36 e 40	87.256.034	87.256.034
Equipamento de transporte	10	514.565	96.406	418.159	-		40	(55.010.182)	(31.065.606)
Equipamento administrativo	10	29.504	8.647	20.857	16.136		40	3.997.520	2.229.256
		<u>548.841</u>	<u>105.948</u>	<u>442.893</u>	<u>20.609</u>		40	16.098.963	19.488.758
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:									
Partes de capital em empresas do grupo	10	251.557.895	-	251.557.895	235.518.638		40	(858.068)	(2.828.927)
Empréstimos de financiamento	10 e 16	9.404.745	-	9.404.745	1.922.776		40	19.706.215	6.501.566
Adiantamento por conta de investimentos	10	-	-	-	1.496.394				
		<u>260.962.640</u>	<u>-</u>	<u>260.962.640</u>	<u>238.937.808</u>				
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:									
Empresas participadas	16	90.860.209	-	90.860.209	74.166.389				
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:									
Clientes c/c	16	3.843.232	-	3.843.232	-		48	34.915.853	59.855.748
Empresas participadas	16	4.411.039	-	4.411.039	6.522.166		48	25.000.000	-
Adiantamentos a fornecedores		125	-	125	-			87.169	-
Estado e outros entes públicos		493.790	-	493.790	19.337			<u>60.003.022</u>	<u>59.855.748</u>
Outros devedores	16	96.437	-	96.437	23.874				
		<u>8.844.623</u>	<u>-</u>	<u>8.844.623</u>	<u>6.565.377</u>				
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:									
Depósitos bancários	50	75.138	-	75.138	81.351		48	24.939.895	-
Caixa	50	-	-	-	1.297		48	3.741.846	-
		<u>75.138</u>	<u>-</u>	<u>75.138</u>	<u>82.648</u>				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
Acréscimos de proveitos	49	121.508	-	121.508	-		49	1.147.874	749.530
Custos diferidos	49	552.540	-	552.540	-				
		<u>674.048</u>	<u>-</u>	<u>674.048</u>	<u>-</u>				
Total de amortizações			<u>4.817.824</u>						
Total de provisões			<u>-</u>						
Total do activo		<u>371.187.270</u>	<u>4.817.824</u>	<u>366.369.446</u>	<u>350.677.050</u>				
CAPITAL PRÓPRIO:									
Capital						36 e 40	204.635.695	204.635.695	
Acções próprias - Valor nominal						40	(1.433.689)	-	
Acções próprias - Desc. e premios						40	(9.510)	-	
Prémios de emissão de acções						36 e 40	87.256.034	87.256.034	
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas						40	(55.010.182)	(31.065.606)	
Reserva legal						40	3.997.520	2.229.256	
Reservas livres						40	16.098.963	19.488.758	
Resultados transitados						40	(858.068)	(2.828.927)	
Resultado líquido do exercício						40	19.706.215	6.501.566	
Total do capital próprio							<u>274.382.978</u>	<u>286.216.776</u>	
PASSIVO:									
PROVISÃO PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS									
Outros riscos e encargos						34	<u>1.467.792</u>	<u>1.344.470</u>	
DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:									
Empréstimos por obrigações						48	34.915.853	59.855.748	
Dívidas a instituições de crédito						48	25.000.000	-	
Fornecedores de imobilizado, c/c							87.169	-	
							<u>60.003.022</u>	<u>59.855.748</u>	
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:									
Empréstimos por obrigações						48	24.939.895	-	
Dívidas a instituições de crédito						48	3.741.846	-	
Fornecedores, conta corrente							112.829	18.986	
Empresas do grupo						16	33.344	-	
Empresas participadas e participantes							231	231	
Outros accionistas (sócios)							10.608	-	
Fornecedores de imobilizado, c/c							56.184	-	
Estado e outros entes públicos							464.310	467.643	
Outros credores							8.533	2.023.666	
							<u>29.367.780</u>	<u>2.510.526</u>	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
Acréscimos de custos						49			
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									
Total do passivo									
Total do capital próprio e do passivo									

MOTA - ENGIL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2001	2000	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2001	2000
Fornecimentos e serviços externos		1.293.455	387.531	Prestação de serviços		3.975.797	2.139.843
Custos com o pessoal:				(B)		3.975.797	2.139.843
Remunerações		3.205.049	582.277	Proveitos e ganhos financeiros	45	26.852.454	9.913.633
Encargos sociais		493.534	39.869	(D)		30.828.251	12.053.476
		4.992.038	1.009.677	Proveitos e ganhos extraordinários	46	17.653	1.362.392
Amortizações	10	628.902	704.811				
		5.620.940	1.714.488				
Impostos		29.415	34.153				
Outros custos e perdas operacionais		2.095	2.095				
(A)		5.652.450	1.750.736				
Custos e perdas financeiros	45	3.634.683	4.725.217				
(C)		9.287.133	6.475.953				
Custos e perdas extraordinários	46	1.708.524	82.955				
(E)		10.995.657	6.558.908				
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	144.032	355.394				
(G)		11.139.689	6.914.302				
Resultado líquido do exercício		19.706.215	6.501.566	(F)		30.845.904	13.415.868
		30.845.904	13.415.868				
Resultados operacionais:		(B) - (A)	(1.676.653)			389.107	
Resultados financeiros:		(D-B) - (C-A)	23.217.771			5.188.416	
Resultados correntes:		(D) - (C)	21.541.118			5.577.523	
Resultados antes de impostos:		(F) - (E)	19.850.247			6.856.960	
Resultado líquido do exercício:		(F) - (G)	19.706.215			6.501.566	

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2.001	2.000
Prestações de serviços		3.975.797	2.139.843
Custo das vendas e prestações de serviços		(4.249.038)	(208.118)
Resultado bruto		(273.241)	1.931.725
Outros custos e proveitos operacionais		(1.722.382)	947.063
Custos administrativos		(1.371.901)	(837.806)
Resultado operacional		(3.367.524)	2.040.981
(Custo)/ganho líquido do financiamento	45	493.866	-
Ganhos em filiais e associadas	45	23.409.522	6.063.826
Perdas em filiais e associadas	45	(685.617)	(2.526.536)
Resultado corrente		19.850.247	5.578.271
Imposto sobre os resultados correntes	6	(144.032)	(355.394)
Resultados extraordinários		-	1.278.688
Imposto sobre resultados extraordinários		-	-
Resultado líquido do exercício		19.706.215	6.501.566
Resultados por acção		0,0963	0,0318

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001

MOTA - ENGIL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2001</u>	<u>2000</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Pagamentos a fornecedores		(1.219.433)	(197.494)
Pagamento ao pessoal		(2.322.568)	(368.537)
Fluxos gerados pelas operações		(3.542.001)	(566.031)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(971.767)	3.073
Outros recebimentos de actividades operacionais		2.357.051	958.764
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(2.156.717)	395.806
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		263	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(31.175)	(5.255)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(2.187.629)	390.551
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		297.319	3.849.807
Dividendos	10	7.699.386	1.890.334
Investimentos financeiros	51	6.504.373	17.208.527
Suprimentos		8.591.688	1.646.033
		23.092.766	24.594.702
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	51	(3.428.032)	(5.922.033)
Imobilizações corpóreas		(450)	(13.662)
Imobilizações incorpóreas			(324.244)
Suprimentos		(36.766.902)	(15.780.175)
		(40.195.384)	(22.040.113)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(17.102.618)	2.554.588
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos		28.741.846	5.462.256
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos			(5.462.256)
Amortizações de contratos de locação financeira		(22.891)	
Juros e custos similares		(3.022.980)	(2.194.112)
Dividendos	40	(4.969.953)	(2.686.231)
Aquisição de acções/quotas próprias		(1.443.285)	
		(9.459.109)	(10.342.599)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		19.282.737	(4.880.343)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(7.510)	(1.935.204)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	50	82.648	2.017.852
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	50	75.138	82.648

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de "MOTA - ENGIL, SGPS, S.A.", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2001, (que evidencia um total de 366 369 446 euros e um total de capital próprio de 274 382 978 euros, incluindo um resultado líquido de 19 706 215 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº6, abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião .

.../...

.../...

2.

RESERVA

6. A Empresa possui uma participação financeira na Mota & Companhia, S.A., cuja Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, inclui uma reserva respeitante à impossibilidade de concluir sobre a data e valor de realização dos activos relacionados com as operações no mercado africano. Os valores envolvidos foram confirmados e estão adequadamente divulgados nas notas do Anexo; contudo a subsistência de risco-país em Angola, não permite determinar, com segurança, o efeito na valorização desse investimento financeiro.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 6, acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "MOTA - ENGIL, SGPS, S.A." em 31 de Dezembro de 2001, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

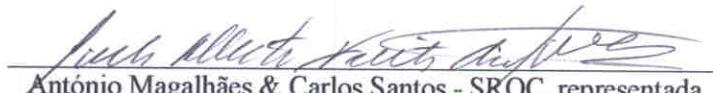
ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1 A Empresa continha na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria do exercício de 2000 uma Reserva sobre a rubrica Trespasses, na importância de cerca de 25 000 000 euros, cuja situação foi regularizada no exercício de 2001, conforme nota introdutória do Anexo

8.2 A Empresa, tendo adquirido a participação em Mota & Companhia, S.A., em Dezembro de 2000, incluiu no balanço desse exercício, o efeito dessa aquisição nas rubricas de "Investimentos Financeiros" e "Capitais Próprios", pelo que o balanço de 2001 é comparável com o do exercício de 2000. No que se refere às demonstrações dos resultados por naturezas e por funções respeitantes a 31 de Dezembro de 2000, não continham a apropriação do resultado do exercício findo nessa data da Mota & Companhia, S.A., pelo que essas demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro 2001 não são comparáveis com as do exercício anterior, conforme nota introdutória do Anexo.

Porto, 05 de Março de 2002


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
INSCRIÇÃO N.º 95
REGISTO NA CMVM nº 223
NIPC 502 558 610

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Euro)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício de 2001 da Mota Engil, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2001 que evidencia um total de Euro 366.369.446 e capitais próprios de Euro 274.382.978, incluindo um resultado líquido de Euro 19.706.215, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação da aplicação do método da equivalência patrimonial; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que quer o exame efectuado, quer as Certificações Legais das Contas de outros Revisores Oficiais de Contas e relatórios de auditoria de outros auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Assim, os investimentos financeiros foram registados pelo método da equivalência patrimonial, como disposto na Directriz Contabilística nº 9, através do qual foram considerados nos capitais próprios e nos resultados líquidos em 31 de Dezembro de 2001 os efeitos da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas. No entanto, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos, o que será efectuado nas demonstrações financeiras consolidadas a elaborar e aprovar em separado. As demonstrações financeiras consolidadas apresentam acréscimos no activo, no passivo (incluindo-se interesses minoritários) de, aproximadamente, Euros 840.650.000 e nos proveitos de, aproximadamente, Euros 909.340.000.

Reserva

6. Na rubrica de investimentos financeiros inclui-se a participação financeira na Mota & Companhia, S.A. (Nota 16) cuja Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001, emitida por outros Revisores Oficiais de Contas, contém uma reserva relativa à impossibilidade de concluir sobre a data e valor de realização de determinados activos desta participada sediados em países africanos, nomeadamente Angola, devido ao inerente risco-país. Por este facto, não nos é possível concluir sobre o impacto desta situação na valorização deste investimento financeiro.

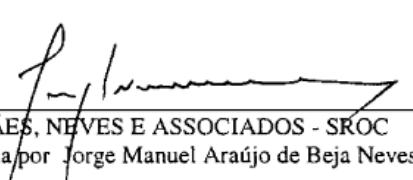
Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação mencionada no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Mota Engil S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2001, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

8. Conforme referido na Nota Introdutória do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001, no final do exercício de 2000 ocorreram alterações significativas na estrutura de participações da Empresa, o que afecta a comparabilidade das demonstrações de resultados e de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 com as do período homólogo de 2000.
9. As demonstrações financeiras da Mota Engil S.G.P.S. em 31 de Dezembro de 2000, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outros auditores cuja opinião sobre as mesmas, expressa na sua Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, datado de 6 de Março de 2001, incluía:
 - i) uma reserva similar à mencionada no parágrafo 6 acima;
 - ii) uma reserva relativa à não amortização de diferenças de consolidação no montante de, aproximadamente, Euro 25.000.000 as quais durante o exercício de 2001 foram regularizadas por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de Partes de Capital" (Nota 40) em conformidade com similar procedimento adoptado em anos anteriores na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas;
 - iii) uma ênfase semelhante à descrita no parágrafo 8 acima.

Porto, 6 de Março de 2002


MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

	ACTIVO				CAPITAL PRÓPRIO	INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO		
	Notas				Ativo	Líquido	Ativo	Líquido
		Activo	Amortizações e provisões		Ativo		Ativo	
Mobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação	25 e 27	15.546.781	(13.081.441)	2.465.340	5.657.510		204.635.695	204.635.695
Despesas de investigação e desenvolvimento	25 e 27	2.138.164	(1.182.346)	955.818	861.020		(9.003.479)	(7.569.887)
Propriedade industrial e outros direitos	25 e 27	750.393	(269.719)	480.574	669.120		(3.255.634)	(3.246.227)
Trespasseas	27	202.109	(192.985)	5514	8.729		87.286.034	87.286.034
Inimobilizações em curso	27	248.748	-	248.48	173.043		(48.763.388)	(47.590.141)
Diferenças de consolidação	10 e 27	31.940.288	(18.084.835)	28.381.554	19.930.391		3.987.520	2.229.257
Mobilizações corpóreas		<u>50.826.483</u>	<u>(18.084.835)</u>	<u>32.741.648</u>	<u>27.060.294</u>			
Terrenos, recursos naturais	27	33.359.957	(26.1.983.884)	33.358.057	23.259.986		16.088.963	19.488.757
Edifícios e outras construções	27	98.283.393	(21.505.669)	9.492.435	7.137.818		4.569.320	1.989.216
Equipamento básico	27	297.589.143	(193.534.227)	104.049.409	96.191.064		(898.098)	(2.823.926)
Equipamento de transporte	27	127.824.341	(84.459.618)	43.364.723	43.889.913		19.762.215	6.507.566
Ferramentas e utensílicos	27	10.182.268	(6.372.268)	5.568.904	6.120.090			
Equipamento administrativo	27	30.998.104	(21.505.669)	1.130.540	1.130.540			
Tarifas e razilantes	27	6.677.092	(1.486.552)	421.483	358.583			
Outras imobilizações corpóreas	27	1.078.687	(657.204)	47.514.086	30.395.551			
Inimobilizações em curso	27	47.514.086	-	4.100.020	2.355.319			
Adiantamentos por conta de imobilizações adquiridas	27	<u>651.546.080</u>	<u>(334.214.522)</u>	<u>317.331.538</u>	<u>261.559.363</u>			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
Partes de capital em empresas do grupo	27	7.814.713	(5.248)	7.809.465	5.454.998			
Emprestimos a empresas do grupo	27	933.586	-	933.586	844.884			
Partes de capital em empresas associadas	27	5.387.320	-	5.387.320	5.392.594			
Emprestimos a empresas associadas	27	2.211.459	-	2.211.459	877.889			
Partes de capital em empresas participadas	27	5.679.390	-	5.679.390	4.342.096			
Emprestimos a empresas participadas	27	3.310.792	-	3.310.792	5.099.357			
Títulos e outras aplicações financeiras	27	23.182.133	(1.280.850)	21.901.183	20.350.480			
Outros empréstimos concedidos	27	3.063.866	-	3.402	3.488.424			
Inimobilizações em curso	27	3.402	-	822.390	61.1287			
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	27	<u>52.408.841</u>	<u>(12.286.098)</u>	<u>51.122.443</u>	<u>45.574.495</u>			
DIVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO								
Créditos	59	17.311.139	(7.467)	17.303.672	14.953.028			
Obligações, títulos a receber	59	23.090.528	-	23.090.528	24.975.724			
Empresas participadas	59	32.674.343	(1.416.872)	31.257.471	33.331.050			
Outros devedores	46	<u>3.131.104</u>	<u>(1.424.339)</u>	<u>313.1104</u>	<u>1.832.678</u>			
CIRCUANTE								
Exérciticas								
Materias primas, subprodutárias e de consumo	46 e 57	34.633.292	(197.616)	34.435.676	30.815.759			
Produtos e trabalhos em curso	51	24.562.285	-	24.562.285	27.039.914			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refigos	46	5.195.164	-	195.164	125			
Produtos acabados	46	5.783.924	(51.371)	5.732.553	7.444.474			
Mercedoras	57	30.817.777	(88.569)	30.729.308	54.159.333			
Adiantamentos por conta de compras	46	4.713.451	-	4.713.451	5.221.900			
Dividas de terceiros - curto prazo		<u>106.705.893</u>	<u>(33.756)</u>	<u>100.368.337</u>	<u>124.786.075</u>			
Clientes, conta corrente	46	315.421.582	(15.1.137)	313.910.175	204.709.316			
Clientes, titulos a receber	46	10.184.401	(9.012.519)	1.171.882	22.357.498			
Clientes de cobrança duvidosa	46	9.737.705	(17.598)	9.561.716	124.709			
Empresas associadas	46	2.303.580	-	4.070.517	6.825.057			
Otros accionistas								
Adiantamentos a fornecedores	46	4.070.517	-	4.070.517	7.304.317			
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	52	4.134.886	-	4.134.886	4.988			
Estado e outros entes públicos	52	10.506.172	-	10.506.172	9.327.862			
Outros devedores	46	58.044.485	(257.582)	57.786.873	42.951.133			
Subscritores de capital		<u>442.785.303</u>	<u>(10.957.477)</u>	<u>431.827.826</u>	<u>320.668.969</u>			
Outras aplicações de tesouraria		<u>504.604</u>	<u>(10.620)</u>	<u>493.984</u>	<u>139.339</u>			
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS								
Depósitos bancários e caixa	53	151.142.886	(132.751.022)	151.142.886	128.866.113			
Acrescimos de provisões	53	15.216.543	(353.564.445)	15.216.543	12.240.126			
Custos diferidos	166.359.429	<u>(366.354.542)</u>	<u>166.359.429</u>	<u>141.106.239</u>	<u></u>			
Total de amortizações		<u>1.672.341.595</u>	<u>(366.354.542)</u>	<u>1.207.026.195</u>	<u>1.009.126.667</u>			
Total do activo								
Total do passivo								
Total do capital próprio e do passivo								

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001.

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2001	2000	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2001	2000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				Vendas:			
Mercadorias	57	54.824.124	48.174.704	Mercadorias	36	82.760.226	32.458.944
Matérias	57	141.035.996	71.311.020	Produtos	36	377.871.203	361.307.439
		195.860.120	119.485.724			460.631.429	393.766.383
Fornecimentos e serviços externos		416.056.502	243.571.498	Prestação de serviços	36	408.209.309	102.129.004
Custos com o pessoal:						868.840.738	495.895.387
Remunerações		137.004.722	68.580.740	Variação da produção			
Encargos sociais:				Trabalhos para a própria empresa	50	12.455.783	780.708
Pensões	23, j	574.117	-	Proveitos suplementares			
Outros		39.643.061	22.727.492	Subsídios à exploração			
		789.138.522	454.365.454	Outros proveitos e ganhos operacionais			
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	52.201.161	23.038.427	(B)		9.973.460	251.853
Provisões	46	2.303.370	588.053			902.186.228	502.089.743
		843.643.053	477.991.934	Proveitos e ganhos financeiros	44	23.422.669	6.265.360
Impostos		4.003.485	1.913.159	(D)		925.608.897	508.355.103
Outros custos e perdas operacionais	(A)	3.228.041	692.939	Proveitos e ganhos extraordinários	45	14.577.532	6.437.506
		850.874.579	480.598.032				
Custos e perdas financeiros	44	47.158.706	16.824.189				
(C)		898.033.285	497.422.221				
Custos e perdas extraordinários	45	11.926.928	4.004.644				
(E)		909.960.213	501.426.865				
Impostos sobre o rendimento do exercício	60	8.472.488	5.874.014				
(G)		918.432.701	507.300.879				
Interesses minoritários	55	2.047.513	990.164				
Resultado consolidado líquido do exercício		19.706.215	6.501.566				
		940.186.429	514.792.609				
				(F)			
				Resultado operacional	(B) - (A)	51.311.649	21.491.711
				Resultado financeiro	(D - B) - (C - A)	(23.736.037)	(10.558.829)
				Resultado corrente	(D) - (C)	27.575.612	10.932.882
				Resultado antes de impostos e interesses minoritários	(F) - (E)	30.226.216	13.365.744
				Resultado consolidado líquido do exercício antes de interesses minoritários	(F) - (G)	21.753.728	7.491.730
				Resultado consolidado líquido do exercício		19.706.215	6.501.566

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2001	2000
Vendas e prestações de serviços	36	868.840.738	495.895.387
Custo das vendas e das prestações de serviços		(775.739.753)	(455.133.705)
Resultados brutos		<u>93.100.985</u>	<u>40.761.682</u>
Outros proveitos e ganhos operacionais		47.923.022	8.845.278
Custos de distribuição		(5.938.048)	(834.185)
Custos administrativos		(59.661.882)	(21.435.991)
Outros custos e perdas operacionais		(21.461.824)	(7.198.796)
Resultados operacionais		<u>53.962.253</u>	<u>20.137.988</u>
Custo líquido de financiamento	44	(23.156.296)	(6.912.491)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	44	(532.439)	139.324
Ganhos (perdas) em outros investimentos	44	(47.302)	923
Resultados correntes		<u>30.226.216</u>	<u>13.365.744</u>
Impostos sobre os resultados correntes	60	(8.472.488)	(5.874.014)
Resultados correntes após impostos		<u>21.753.728</u>	<u>7.491.730</u>
Resultados extraordinários		-	-
Impostos sobre os resultados extraordinários		-	-
Resultados líquidos		<u>21.753.728</u>	<u>7.491.730</u>
Interesses minoritários	55	(2.047.513)	(990.164)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>19.706.215</u>	<u>6.501.566</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

I. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de "MOTA – ENGIL, SGPS, S.A.", as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001, (que evidencia um total de 1 207 026 138 euros e um total de capital próprio de 274 382 978 euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 19 706 215 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº.6, abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

.../...

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inserida na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975

Contribuinte n.º 502 116 394

.../...

2.

RESERVA

6. De acordo com o teor do Relatório Consolidado de Gestão, a Empresa, directamente e através das suas participadas, efectua importantes operações e mantém activos significativos em países africanos, especialmente em Angola. Os referidos activos estão adequadamente divulgados no Anexo: imobilizações corpóreas (Notas 27 e 58), investimentos financeiros (Notas 27 e 48), activos circulantes da Sucursal de Angola (Nota 23.o), e, ainda contas a receber a médio e longo prazo, no valor de cerca de 49 350 000 euros (Nota 59), em 31 de Dezembro de 2001. Apesar da evolução das operações e das remessas de fundos terem sido favoráveis em 2001, e embora estes valores estejam confirmados, a circunstância de existir risco-país em Angola, não permite determinar, com segurança, a data e valor de realização desses activos.

OPINIÃO

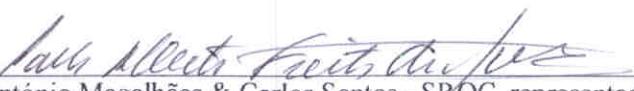
7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 6, acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da "MOTA - ENGIL, SGPS, S.A." em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- A Empresa, tendo adquirido a participação em Mota & Companhia, S.A., em Dezembro de 2000, incluiu no balanço desse exercício, o efeito dessa aquisição nas rubricas de "Investimentos Financeiros" e "Capitais Próprios", pelo que o balanço de 2001 é comparável com o do exercício de 2000. No que se refere às demonstrações dos resultados por naturezas e por funções respeitantes a 31 de Dezembro de 2000, não continham a apropriação do resultado do exercício findo nessa data da Mota & Companhia, S.A., pelo que essas demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro 2001 não são comparáveis com as do exercício anterior, conforme nota 43 do Anexo.

Porto, 05 de Março de 2002


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Euro)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2001 da Mota Engil, S.G.P.S., S.A. e Subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001 que evidencia um total de Euro 1.207.026.138 e capitais próprios de Euro 274.382.978, incluindo um resultado consolidado líquido de Euro 19.706.215, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que, quer o exame efectuado quer as Certificações Legais das Contas de outros Revisores Oficiais de Contas e relatórios de auditoria de outros auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

Reserva

5. Conforme referido no Relatório de Gestão consolidado a Empresa através de algumas das suas participadas, realiza operações e detém activos em países africanos, nomeadamente Angola. Estes activos referem-se a imobilizações corpóreas (Nota 58), investimentos financeiros (Notas 27 e 48), activos circulantes das sucursais de Angola (Nota 23. o) e, ainda contas a receber a médio e longo prazo, estas no valor de, aproximadamente, Euro 49.350.000 (Nota 59). Embora a evolução das operações e das transferências de fundos verificadas em 2001 tenha sido positiva face aos anos anteriores, atendendo ao inerente risco-país, não nos é possível concluir sobre o valor e data de realização daqueles activos, ainda que o trabalho localmente por nós efectuado, com base em suporte documental, inspecção física dos activos, análises dos elementos financeiros das sucursais e dos investimentos sediados em Angola, tenha confirmado os valores envolvidos.

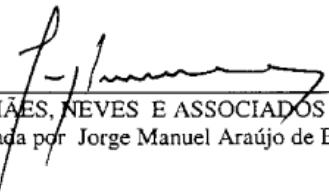
Opinião

6. Em nossa opinião, com base no nosso exame e nos Relatórios dos Revisores Oficiais de Contas e auditores das empresas participadas, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação mencionada no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Mota Engil S.G.P.S., S.A. e suas Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. Conforme referido na Nota Introdutória do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001, no final do exercício de 2000 ocorreram alterações significativas no conjunto de empresas englobadas na consolidação, o que afecta a comparabilidade das demonstrações consolidadas de resultados e de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 com as do período homólogo de 2000.
8. As demonstrações financeiras consolidadas da Mota Engil S.G.P.S. em 31 de Dezembro de 2000, - apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outros auditores, cuja opinião sobre as mesmas, expressa na sua Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, datado de 6 de Março de 2001, inclui uma reserva e uma ênfase relativos aos assuntos mencionados nos parágrafos 5 e 7 acima, respectivamente.

Porto, 6 de Março de 2002


MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DA
MOTA-ENGIL,SGPS,SA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2002

Aos vinte e dois dias do mês de Março de dois mil e dois, pelas onze horas, os accionistas da sociedade anónima **MOTA-ENGIL, SGPS SA**, sociedade com o capital social de duzentos e quatro milhões seiscentos e trinta e cinco mil seiscentos e noventa e cinco Euros (**Euros 204.635. 695**), titular do cartão de identificação de pessoa colectiva número quinhentos e dois milhões trezentos e noventa e nove mil seiscentos e noventa e quatro (**502.399.694**), matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número cinquenta e seis mil quinhentos e catorze (**56 514**) reuniram, em Assembleia Geral, no Centro de Formação da MOTA-ENGIL,SGPS,SA, sito na Avenida Paiva Couceiro, sem número de polícia, freguesia de Campanhã, concelho do Porto, conforme Convocatória, com a Ordem de Trabalhos, publicada no Diário da República – III Série, número 40, de 16 de Fevereiro de dois mil e dois, no Jornal Público, Edição Lisboa e Porto de 18 de Fevereiro de dois mil e dois e no Boletim da Bolsa de Valores de Lisboa nº 81 de 18 de Fevereiro de 2002.

Assumiu a condução dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Daniel Proença de Carvalho, secretariado pelo Secretário da Sociedade, Dr^a Ivone Santos Martins.

No início da reunião, e antes de começados os trabalhos , o Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou ao Secretário que organizasse a lista dos Senhores Accionistas presentes e representados na Assembleia, nos termos do Artigo 382º do Código das Sociedades Comerciais.

Organizada e assinada a lista de presenças, verificou-se estarem presentes ou representados accionistas titulares de 164 320 846 acções (cento e sessenta e quatro milhões trezentas e vinte mil oitocentas e quarenta e seis acções), representativas de 80 % (oitenta por cento) do capital social e de oitenta e quatro por cento (84%) dos direitos de voto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou então estar a Assembleia em condições de funcionar e deliberar validamente, de acordo

com o número dois do Artigo 20º (vigésimo) dos Estatutos da Sociedade, ordenando de seguida que a referida lista de presenças fosse anexada à Acta.

Iniciada a sessão, pelo Presidente da Mesa foi lida integralmente a Ordem de Trabalhos, tendo feito referência a que haviam sido submetidos à Assembleia e nela se encontravam patentes, o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, o Relatório e Parecer do Fiscal Único, a Certificação Legal de Contas e o Relatório do Auditor Externo, relativos ao exercício de **dois mil e um**.

Entrados, de seguida, no **Primeiro Ponto** da Ordem de Trabalhos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral perguntado se algum dos presentes desejava usar da palavra sobre este ponto. Como ninguém o quisesse fazer, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral foram postos à votação, conjuntamente, na generalidade e na especialidade, o Relatório de Gestão, Balanço e Contas referentes ao exercício de dois mil e um, bem como o Parecer do Fiscal Único, a Certificação Legal de Contas e o Relatório do Auditor Externo.

Feita a contagem dos votos verificou-se que aqueles documentos foram aprovados por unanimidade dos accionistas presentes ou representados, titulares de 164 320 846 acções (cento e sessenta e quatro milhões trezentas e vinte mil oitocentas e quarenta e seis acções), representativas de 80% (oitenta por cento) do capital social e de oitenta e quatro por cento (84%) dos direitos de voto.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou estar aberta a discussão quanto ao **Segundo Ponto** da Ordem de Trabalhos.

Como ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à votação a proposta do Conselho de Administração para a aplicação dos resultados do exercício, feita no seguinte sentido:

O Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor referido de Euro 19 706 215:

- a) Para Reserva Legal, 5% correspondentes a Euro 985 311, 00*
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 23º, nº 3 dos Estatutos o montante de Euro 500 000,00, correspondentes a cerca de 2,5%.*
- c) Para distribuição aos Accionistas, Euro 0,07 por acção, cativos de impostos, no valor global de Euro 14 324 498,65.*
- d) Para cobertura dos Resultados Transitados negativos, o valor de Euro 858 067,77.*
- e) Para Reservas Livres, o remanescente, no valor de Euro 3 038 337,58*

Porto, 5 de Março de 2002

O Conselho de Administração

Colocado à discussão e votação o **Segundo Ponto** da Ordem de Trabalhos, e feita a contagem dos votos, verificou-se que aquela Proposta de Aplicação de Resultados fora aprovada, por unanimidade dos accionistas presentes ou representados, titulares de 164 320 846 acções (cento e sessenta e quatro milhões trezentas e vinte mil oitocentas e quarenta e seis acções), representativas de 80% (oitenta por cento) do capital social e de oitenta e quatro por cento (84%) dos direitos de voto.

Entrados de seguida, no **Terceiro Ponto** da Ordem de Trabalhos, respeitante ao Relatório Consolidado de Gestão, Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada de Resultados, Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados e Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados, relativos ao exercício de dois mil e um, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas Consolidadas e o Relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral perguntou se algum dos presentes desejava usar da palavra, e como ninguém quisesse fazê-lo, pôs à votação os documentos em causa.

Colocado à discussão e votação o Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, e feita a contagem dos votos, verificou-se que aqueles documentos foram aprovados por unanimidade dos accionistas presentes ou representados, titulares de 164 320 846 acções (cento e sessenta e quatro milhões trezentas e vinte mil oitocentas e quarenta e seis acções), representativas de 80% (oitenta por cento) do capital social e de oitenta e quatro por cento (84%) dos direitos de voto.

(...)

Nada mais havendo a tratar foi a sessão encerrada, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Daniel Proença de Carvalho e pelo Secretário da Sociedade, Dr^a Ivone Santos Martins.